

Bancos temem que governo não compra ajuste fiscal

Aumento dos juros e apoio dos governadores de oposição ao pacote também preocupam os dirigentes das principais instituições

Liana Verdini
Da equipe do Correio

Enquanto as medidas para equilibrar as contas públicas não são oficialmente anunciamos, profissionais do mercado financeiro se esforçam para adivinhar o que vem por aí e traçar cenários para o futuro. A intenção é prever o impacto das providências e calcular se serão suficientes para tranquilizar os investidores estrangeiros e interromper a saída de dólares do país.

Os profissionais do mercado estão preocupados com a demora na divulgação das medidas. "Quanto maior o tempo que o governo leva para anunciar essas providências, maior a ansiedade do mercado e a percepção de que a equipe econômica não sabe como equacionar o déficit fiscal", diz um relatório do Banco BMC. "Um novo fracasso como o do 'pacote 51' de outubro passado poderá minar de vez a credibilidade do mercado no governo."

A capacidade de implementação das medidas também é questionada no boletim do Lloyds Bank. Os

economistas do banco lembram que um ajuste fiscal é o ponto de partida para a queda das taxas, que deverá ocorrer à medida em que as providências propostas sejam efetivadas. "Os mercados devem ter uma boa noção de como será o futuro fiscal a partir da receptividade das medidas junto ao Congresso Nacional e aos demais segmentos da sociedade", diz o estudo.

"Não deve ser muito diferente de novembro de 1997, quando poucas semanas depois da divulgação das medidas de ajuste já se podia perceber as enormes dificuldades que o governo teria para implementar os cortes de gastos. Uma constatação favorável em relação às medidas, portanto, é fundamental para permitir uma queda expressiva das taxas", analisam os economistas do Lloyds Bank.

O boletim do Lloyds ressalta ainda a importância do ajuste dos estados para garantir os resultados pro-

postos pelo governo federal: "O que se pergunta, às vésperas do segundo turno das eleições, é se os futuros governadores dos quatro estados economicamente mais importantes da União estarão dispostos a atuar em prol do ajuste." Para os economistas, se a oposição vencer, como apontam as últimas pesquisas, a tarefa do governo não será nada fácil.

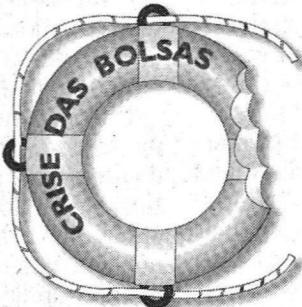
JUROS

Outra grande preocupação desses profissionais é com relação à taxa de juros. O relatório do Banco Marka lembra que o Banco Central vem aumentando os juros dos títulos públicos diariamente em 0,10%. "É provável que a taxa overnight (taxa de negociação diária dos títulos públicos) continue a aumentar pelo menos até 42% ao ano, elevando as projeções do mercado futuro", diz o estudo. "Atingida esta taxa, a política de elevação diária de juros deverá ser interrompida." Os economistas têm pressa em ver os juros caindo, porque esse tipo de despesa aumentou muito desde o ano passado. Pelos cálculos do Lloyds Bank, a média mensal desse tipo de despesa foi de R\$ 4,8 bilhões entre agosto de 1997 e julho passa-

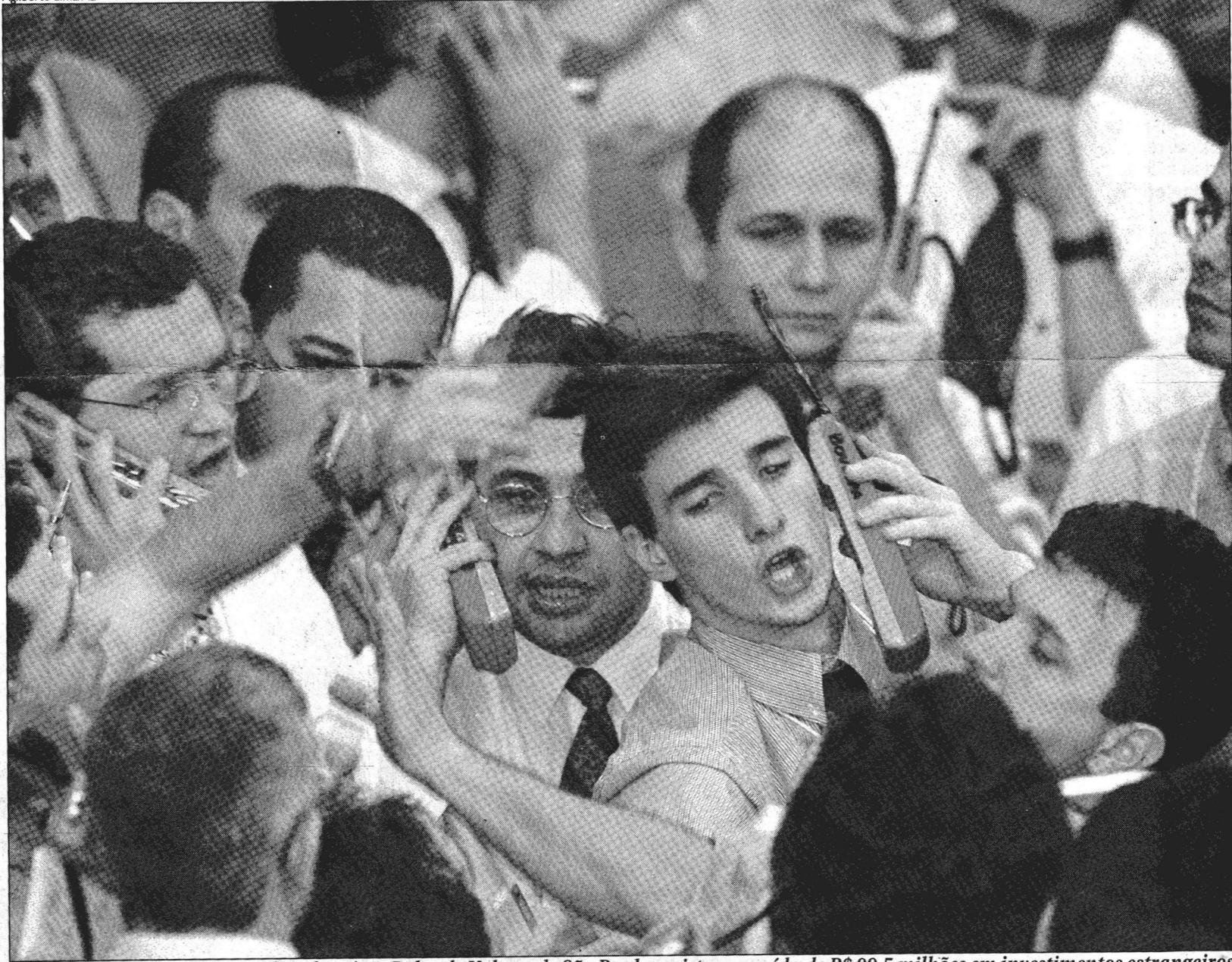
do. Só nos sete primeiros meses desse ano, a média mensal de gasto com juros foi de R\$ 5,4 bilhões. Ou seja, passou de 5,28% do Produto Interno Bruto (PIB, o conjunto de bens e serviços produzidos num país em um ano) para 6,49%.

Um trabalho do Banco BBM, assinado por José Guilherme Almeida Reis, destaca a tendência de melhora nos próximos meses das contas públicas, excluindo as despesas com o pagamento de juros. "Por outro lado, a recente subida das taxas provocará o aumento das despesas com juros", diz o economista do BBM. Com isso, os gastos totais do governo até o fim do ano deverão superar a arrecadação em mais de 7% do PIB, uma diferença superior a R\$ 60 bilhões.

"Existe um desfasamento entre as expectativas do mercado e a linha convencional de atuação que o governo parece estar escolhendo", cita o estudo do BBM. "O mercado quer medidas claras e críveis ajudando a produzir uma redução rápida do déficit fiscal, bem como uma mudança no regime fiscal. O que o governo parece estar preparando é um conjunto de medidas muito parecido com o pacote de 1997, combinando aumento de impostos e corte de despesas com medidas de médio e longo prazos associadas à implementação das reformas constitucionais."



Agiberto Lima/AE



Em baixa: nos dez primeiros dias do mês, a Bolsa de Valores de São Paulo registrou a saída de R\$ 99,5 milhões em investimentos estrangeiros